

### IIIº Congreso Internacional de Identidades

## Memórias de militantes feministas na ditadura e na abertura política no Brasil: a questão do trabalho doméstico como reivindicação democrática (1964-1990)

Soraia Carolina de Mello - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
soraiaa.mello@gmail.com

Palavras-chave: trabalho doméstico, história e memória dos feminismos, democracia brasileira.

### Feminismos e movimentos de mulheres desde os anos 1960 no Brasil

Diante da efervescência política brasileira, repleta de novas ideias progressistas e acompanhada pela modernização e industrialização crescente desde a década de 1950,<sup>1</sup> é deflagrado, em 1º de abril de 1964, o golpe civil-militar no país, que pôs fim ao governo democrático do então presidente João Goulart. Depois do golpe de 1964, o Brasil só volta a ter um presidente civil, eleito indiretamente, em 1985. Apesar das especificidades da ditadura brasileira, as motivações do ataque militar ao governo democrático foram muito semelhantes àquelas ocorridas em outros países do Cone Sul neste período,<sup>2</sup> marcadas pelas disputas do mundo bipolarizado, a intervenção estadunidense na América Latina e o crescimento ou fortalecimento do conservadorismo em setores da população civil.

É nesse cenário de ataque às liberdades democráticas e de terrorismo de Estado, contudo, que emergiu e se estabeleceu no Brasil mobilizações feministas que são, *grosso modo*, classificadas por teóricas e historiadoras como de Segunda Onda<sup>3</sup>. Essa emergência dos feminismos nesse contexto de repressão política pode parecer paradoxal, mas o paradoxo seria característica fundamental dos feminismos, já indicada

---

<sup>1</sup> MELLO; João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. V. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 559-658.

<sup>2</sup> COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

<sup>3</sup> Para críticas ao uso da classificação dos feminismos em Ondas na América Latina ver PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 10, onde traz debates de feministas não brancas sobre a noção de ondas, as quais partiriam de um centro irradiador. Nesse sentido, ironicamente pergunta-se se as feministas brancas do “Norte” se consideravam as “inventoras” do questionamento à opressão sexista, criadoras das “ondas irradiadoras” de feminismo. Mais críticas sobre as narrativas fundantes da historiografia feminista, em uma perspectiva ocidentalizada, podem ser encontradas em HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215, jan. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100012>. Acesso em 15/04/2018.

em outros sentidos por Joan W. Scott.<sup>4</sup> Também é característica da "modernização conservadora",<sup>5</sup> com novas práticas mas evitando transformações profundas, que se pôde observar concernente aos costumes e, em especial, às mulheres, neste período no Brasil.

Além disso, temos bibliografia que busca explicar como foi justamente nesse cenário de perseguição às esquerdas que as mobilizações de mulheres, não entendidas como tão políticas ou tão perigosas quanto aquelas associadas ao comunismo ou socialismo, puderam existir apesar do Estado de exceção e do terrorismo de Estado. O Ano Internacional da Mulher, estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, impulsionou, segundo Cynthia Andersen Sarti,<sup>6</sup> a ocupação do espaço público e a publicização de movimentos ou engajamentos políticos feministas que trabalhavam ainda nos bastidores da clandestinidade. Desse modo, se havia antes de 1975 grupos de reflexão de mulheres ou feministas, assim como publicações e traduções de determinadas obras e o pioneirismo de algumas mulheres debatendo a "condição feminina", os agrupamentos de mulheres nomeadamente feministas aproveitaram o aval da ONU como oportunidade para levar esses debates a público.<sup>7</sup>

Essa relação com a ONU (ou uso da ONU) integra um discurso fundador dos feminismos dessa geração no Brasil, que está conectado com a história dos centros urbanos e intelectuais do país, nomeadamente o eixo Rio–São Paulo. Apesar de outras histórias mais periféricas, plurais e diversas dos feminismos e principalmente dos movimentos de mulheres também serem contadas, essa história mais hegemônica não deixa de ter acontecido, nem de ser repetida por muitas mulheres que participaram dela e hoje a memoram e a escrevem a partir de suas posições de importância nas principais universidades do país. Marcamos essa característica para lembrar que essa narrativa não é a única na história dos feminismos desse período. É um "mito fundador" que nos interessa nesta comunicação porque as três personagens cujas memórias serão

---

<sup>4</sup> SCOTT, Joan W.. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11, jan. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100002>>. Acesso em 15/04/2018.

<sup>5</sup> GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo**: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFRJ, 1987, p. 25.

<sup>6</sup> SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35, jan. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200003/7860>>. Acesso em 15/04/2018.

<sup>7</sup> WOLFF, Cristina Scheibe; CRESCÊNCIO, Cintia Lima; PEDRO, Joana Maria. Ondas, mitos e contradições: feminismos em tempos de ditaduras no Cone Sul. In: ROCHA, Marcos Antonio Monte. (Org.). **Feminismos plurais**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 53-70.

observadas, aqui, fazem de alguma forma parte dessa história mais hegemônica dos femininos brasileiros, ainda que partindo de perspectivas muito distintas entre si. As três entrevistas foram realizadas em 2017, e apresentamos brevemente as entrevistadas a seguir.

Fani Miranda Tabak,<sup>8</sup> nascida em 1972, é professora de literatura da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Ela é feminista e neta de Fanny Tabak, socióloga carioca com destacada atuação intelectual e política, apontada como fundadora do primeiro Núcleo de Estudos sobre a Mulher em uma universidade brasileira (PUC-Rio) no final da década de 1980.<sup>9</sup> Nesse sentido, a entrevista discutiu feminismo inter-geracional e as percepções da entrevistada, como feminista, desses debates no tempo, na sua vida e também na de sua avó. As abordagens sobre a temática do trabalho doméstico são bastante pontuais, mas enriquecem nossos argumentos, como poderá ser observado adiante.

Hildete Pereira de Melo,<sup>10</sup> nascida em 1943, é economista, desde 1972 professora da Universidade Federal Fluminense (UFF). Esteve envolvida com grupos de resistência à ditadura. Atuou na Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República entre 2009 e 2010 e depois entre 2012 e 2014. Possui atuação feminista destacada na academia e na política institucional, e esteve engajada em muitos grupos e diferentes frentes de militância das mulheres, incluindo os debates da Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Atualmente é um dos principais nomes do Brasil na produção científica sobre trabalho das mulheres, com ênfase nas temáticas do trabalho doméstico, não remunerado e de cuidado. Sua entrevista é uma das mais extensas que realizamos para o projeto mas, como as demais, não foca especificamente na questão do trabalho doméstico.

Luci Teresinha Choinacki,<sup>11</sup> nascida em 1954, é agricultora, militante em prol da agricultura orgânica e familiar. Foi a única mulher eleita em 1986 para a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e deputada estadual constituinte em 1987. Em

---

<sup>8</sup> Entrevista com Fani Miranda Tabak, em Florianópolis, no dia 01/08/2017, realizada por Soraia Carolina de Mello, filmada por Elaine Schmitt e transcrita por Luana Balieiro.

<sup>9</sup> VASCONCELLOS, Bruna Mendes de; LIMA, Márcia Maria Tait. Fanny Tabak e os primeiros passos dos estudos sobre Ciência, Tecnologia e Gênero no Brasil. *Redes*, Bernal, v. 22, n. 43, p. 13-32, dez. 2016.

<sup>10</sup> Entrevista com Hildete Pereira de Melo Hermes de Araujo, em Florianópolis, no dia 04/08/2017, realizada por Soraia Carolina de Mello, filmada por Elaine Schmitt e transcrita por Alina Nunes e Valéria Machado.

<sup>11</sup> Entrevista com Luci Teresinha Choinacki, em Florianópolis, no dia 25/09/2017, realizada por Soraia Carolina de Mello, filmada por Elaine Schmitt e transcrita por Jeferson Ramos.

1990 foi eleita para a Câmara dos Deputados, sendo reeleita para os mandatos de 1999, 2003 e 2011. Teve atuação central na construção da possibilidade de aposentadoria para trabalhadores rurais, em especial as mulheres, na Constituição de 1988,<sup>12</sup> e é autora do Projeto de Lei, de 2005,<sup>13</sup> que permitiu aposentadoria a donas de casa de baixa renda: o sistema especial de inclusão previdenciária de trabalhadores e trabalhadoras sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico de sua residência.

Diferente das entrevistadas anteriormente citadas, cujas entrevistas foram realizadas em uma sala na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) durante o 13º Congresso Mundos de Mulheres (MM) e o Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 (FG), Luci Choinacki foi entrevistada, a seu pedido, em sua horta orgânica no bairro do Rio Vermelho em Florianópolis, onde trabalha, atualmente, todos os dias da semana. Essa característica, assim como sua própria história de vida, que é muito diferente do perfil acadêmico/institucional de Fani Tabak e Hildete Pereira de Melo, pode ser observada em sua entrevista, que traz pontos de articulação importantes entre a militância política de base e a academia, como veremos adiante.

Importante mencionar, também, que esta comunicação é um primeiro resultado do meu engajamento no projeto de pesquisa "Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)", coordenado pela professora Cristina Scheibe Wolff no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com vigência entre 2017 e 2019.<sup>14</sup>

### **O trabalho doméstico como questão feminista**

Além da história dos feminismos desde os anos 1960 e principalmente 1970, e o contexto no qual as entrevistas aqui utilizadas foram produzidas, faz-se crucial para a justificativa desta análise pensarmos sobre a importância dos debates acerca do trabalho doméstico para aquela geração e ainda a nossa. Em pesquisas anteriores, abordei as discussões feministas de Segunda Onda no Brasil e no Cone Sul sobre o trabalho

---

<sup>12</sup> Um pouco sobre essa questão pode ser lido em MEDEIROS, Silvia. Aposentadoria leva autonomia e independência às mulheres do campo. **Catarinas**, Florianópolis, 01/05/2017. Disponível em: <<http://catarinass.info/aposentadoria-leva-autonomia-e-independencia-mulheres-campo/>> Acesso em 08/04/2018.

<sup>13</sup> Em 2006, a professora Hildete Pereira de Melo organiza um dossiê na Revista Gênero da UFF focado na temática gênero e trabalho, no qual foi publicado na íntegra o Projeto de Lei que visava a possibilidade da aposentadoria das donas de casa de baixa renda, além de nota técnica sobre a questão. **Gênero**. Niterói, v. 6, n.2 - v.7, n.1, p. 241-252, 2006. Disponível em <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/issue/view/27/showToc>> Acesso em 08/04/2018.

<sup>14</sup> Este projeto foi contemplado pelo Edital 12/2015 CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior), do Programa "Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais", Processo 88887.130836/2016-00.

doméstico,<sup>15</sup> através da produção impressa dos feminismos: periódicos, panfletos, dissertações, teses, artigos e livros. Posteriormente, trabalhei com o debate feminista sobre o trabalho doméstico na grande imprensa comercial brasileira,<sup>16</sup> focando no mesmo recorte temporal que as pesquisas anteriores, entre as décadas de 1970 e 1980. Essas pesquisas me possibilitaram mergulhar nas discussões acerca do trabalho doméstico, principalmente o não remunerado, e articular sua centralidade nas reivindicações feministas com as características dos próprios movimentos naqueles anos, em especial a busca por questões gerais, que afetassem todas as mulheres.

Um ponto que me pareceu marcante nas pesquisas anteriores, principalmente nos anos 1970, foi a percepção das mulheres que se identificavam publicamente como feministas de que o problema do trabalho doméstico era um problema das mulheres como categoria, um problema coletivo, mas não delas mesmas individualmente. Falo principalmente dos anos 1970 porque pude observar, nas produções escritas dos feminismos, que na década de 1980 a temática do trabalho doméstico não pago das mulheres perde espaço para outros debates, como violência, sexualidade, saúde e direitos reprodutivos.

Ao contarmos essa história de um feminismo mais hegemônico – e não nos enganemos pensando que, por ser mais hegemônico, os grupos tenham enfrentado poucas dificuldades para se estabelecer, ou as militantes, inclusive as acadêmicas, não tenham enfrentado profundos desafios em todas as esferas de suas vidas devido seu posicionamento político como feministas –,<sup>17</sup> contamos as histórias de mulheres intelectualizadas, em grande parte de camadas médias. Em esmagadora maioria heterossexuais, elas romperam barreiras ao ocupar espaços tradicionalmente masculinos na esfera pública enquanto eram também casadas ou divorciadas, mães de família desempenhando, se não todas, muitas das atividades que eram esperadas das mães de família de camadas médias daquela geração.

---

<sup>15</sup> MELLO, Soraia Carolina de. **O trabalho doméstico em Nós Mulheres**. Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – UFSC, 2007 e MELLO, Soraia Carolina de. **Trabalho doméstico: coisa de mulher? Debates feministas no Cone Sul (1970-1989)**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

<sup>16</sup> MELLO, Soraia Carolina de. **Discussões feministas na imprensa para mulheres**: revista Claudia e o trabalho doméstico (1970-1989). Florianópolis. Tese (Doutorado em História) – UFSC, 2016.

<sup>17</sup> Hildete Pereira de Melo (2017) também aborda essa questão em sua entrevista, explicando que nem sua dissertação, nem sua tese, falavam de mulheres ou tinham temáticas feministas, devido à dificuldade em se debater essas questões nos departamentos de Economia no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Ela afirma que "não ousou" nesse sentido, apesar de ter nesse período já pronunciada militância feminista. Sua dissertação data de 1979 e sua tese de 1993.

O que isso significava? Em larga medida, significava que não desempenhavam elas próprias grande parte do trabalho doméstico para suas famílias, como acontecia com a maioria das donas de casa e acontece ainda em nossos dias, mas que tinham responsabilidade sobre aquilo que, por estarem ocupadas com profissões, carreira e militância, não poderiam desempenhar. Então a elas cabia delegar a outras mulheres, de condição social mais precária que aquela delas próprias, essas tarefas. As empregadas domésticas, que desempenhavam também as funções de babás, governantas e cozinheiras, trabalharam e ainda trabalham para as famílias de muitas feministas brasileiras. Apesar da responsabilidade por gerenciar esse trabalho, encontrar e contratar alguém, e mesmo executar essas funções na ausência da pessoa contratada, via de regra, recair sobre essas mães de família feministas, havia essa diferenciação entre quem de fato realizava o trabalho doméstico e as donas de casa que contavam com empregadas. Existem inúmeros fatores a serem examinados nesse quesito: a dificuldade em levar o discurso do "pessoal é político" para as relações familiares no que se tratava de divisão de tarefas e repartição do trabalho doméstico entre os membros da família; a profunda desigualdade de renda latino-americana que permitia e permite que mesmo famílias de camadas médias ou média-baixas possam contratar empregadas, nem que seja como diaristas; e um certo constrangimento das feministas de camadas médias dessa geração por entenderem que sua inserção na esfera pública só foi possível devido a essa profunda desigualdade e à exploração do trabalho de mulheres que viviam em situações mais vulneráveis que elas mesmas, como podemos observar no discurso de Hildete Pereira de Melo.

*Agora, o emprego doméstico... esse... nós éramos beneficiadas dele. Todo mundo tinha empregada, quer dizer, podia tratar bem, pagar o justo, mas nós somos fruto dessa sociedade na qual para fazer política leva tempo, toma tempo sair de casa, então era o recuo que ficou. Eu fiz a história delas, do Rio, das associações, era a Nair Jane, que é um monumento de empregada doméstica, ainda está lutando até hoje, é a presidenta do Sindicato de Nova Iguaçu. E depois eu não fiz mais nada. Eu fui trabalhar novamente com empregada doméstica na década de 90, quando eu comecei a trabalhar muito com o mercado de trabalho, numa pesquisa do IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada]. (...) Foi 96 isso, fui surpreendida com o sucesso. Esse artigo a Estudos Feministas publicou em 98, o artigo (...) já esmiuçando a PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios] e tal. A partir daí ele [o emprego doméstico] entrou na agenda... eu diria que antes, tinha estudos, assim, mais pontuais, com olhar sociológico, mas não com número para mostrar que a*

*ocupação das domésticas é a principal ocupação das mulheres brasileiras.*<sup>18</sup>

Esses são fatores pouco discutidos pelas feministas do período,<sup>19</sup> que costumavam se enxergar em comparação com as mulheres das classes trabalhadoras, se entendendo como "menos oprimidas",<sup>20</sup> posição que também precisa ser articulada com a força das teorias marxistas nos feminismos dessa geração no Brasil. Desse modo, não se aprofundaram muito os debates sobre a divisão de tarefas nos lares de camadas médias<sup>21</sup> ou noções como a de "maternidade transferida", cunhada por uma das feministas dessa geração, Suely Gomes Costa,<sup>22</sup> anos mais tarde. O que não quer dizer que a questão não tenha sido abordada.

Além de material encontrado nos três mais citados periódicos feministas brasileiros dos anos 1970 e 80 (**Brasil Mulher** – 1975-1980, **Nós Mulheres** – 1976-1978 e **Mulherio** – 1981-1988), assim como material bibliográfico<sup>23</sup> que circulava pelo país, a temática trabalho tinha espaço cativo nesses feminismos tão atravessados pelo marxismo. E nesse espaço, era possível abrir fissuras para debater o trabalho não pago, mesmo que fosse muitas vezes visto como um "problema das outras" e não delas mesmas, das feministas com vida profissional e ampla atuação na esfera pública.

*- (...) A primeira vez que eu falei, não dar aula, que eu falei em público, foi numa conferência arrumada pelo núcleo da PUC, junto com o Departamento de Ciências Sociais da PUC, sobre mulher no mercado de trabalho. Não fui eu quem fui convidada, foi a Branca [Moreira Alves], mas a Branca disse: Hildete, pra falar de trabalho é você, não sou eu. Vai lá! E eu falei: ai meu Deus, como é que eu vou falar? Nunca falei em público! Uma plateia de 150 pessoas que não eram os alunos de economia, com quem eu estava acostumada a falar, e aí eu falei sobre invisibilidade do trabalho da mulher! Eu me lembro até hoje. Depois eu escrevi um artigo para o Jornal dos Economistas sobre a invisibilidade do trabalho feminino. Do trabalho não pago! (risos). A gente já estava abrindo essa discussão, porque essa é uma discussão que aparecia quando você trabalhava*

<sup>18</sup> Entrevista com Hildete Pereira de Melo, Op. Cit., 2017.

<sup>19</sup> É possível acessar tal debate em MELLO, Op. Cit., 2011, p. 143-148.

<sup>20</sup> Cf. editorial **Nós Mulheres**, São Paulo, nº 1, junho de 1976.

<sup>21</sup> Temos a exceção de Carmen da Silva, que discutiu essa questão na grande imprensa comercial. Exemplo em SILVA, Carmen da. Na luta para se afirmar a mulher tem que ser... Super mulher! **Claudia**. São Paulo, nº 210, Ano XVIII, março de 1979, p. 168-169.

<sup>22</sup> COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-323, jul. 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000200003&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 15/04/2018.

<sup>23</sup> Exemplo em PRADO, Danda. **Ser esposa** – a mais antiga profissão. São Paulo: Brasiliense, 1979, mas também nos clássicos internacionais BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Vol 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970 e FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

*salário igual, ou tem o problema da desigualdade do salário, mas também quando tem a sobrecarga do outro trabalho. Então foi a primeira vez, porque em economia...*

*- Em que ano que foi esse artigo?*

*- 78. (...)<sup>24</sup>*

Nesse sentido, a entrevista concedida por Luci Choinacki nos traz um contraponto muito importante. Apesar de ter ocupado cargos políticos de destaque, como deputada estadual e federal, Luci Choinacki tem uma história de vida muito diferente daquela da maior parte das brasileiras que encabeçaram os mais conhecidos grupos feministas na década de 1970. Inclusive porque sua militância data da década de 1980. Agricultora, tinha o desejo de ser professora mas não pôde continuar os estudos, em função de ser filha primogênita de sete irmãos, os quais precisou ajudar a criar. É mãe de quatro filhos, um deles deficiente, com necessidade de cuidados específicos. Ingressa na vida política através dos movimentos sociais ligados à teologia da libertação, à Pastoral da Terra, através da qual se envolve no Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) e no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) de Santa Catarina.

Essas questões se refletem em sua atuação política. Luci Choinacki obteve importantes resultados da militância dentro de seus mandatos, no que se refere a: direitos trabalhistas antes negados às trabalhadoras rurais (como a licença-maternidade ou aposentadoria); aposentadoria para donas de casa de baixa renda (uma população que antes dessa conquista ficava sem previdência social, totalmente dependente de familiares); debates sobre feminização da pobreza; e também no que hoje chamaríamos de políticas do cuidado. Essas características são ainda ressaltadas em sua vida na atualidade, quando a indagamos sobre esse período.

*Olha de início assim, os grupos feministas (...) tinham um pouco de dificuldade. Depois foi se abrindo o processo, para as agricultoras principalmente, com a questão do trabalho doméstico. O trabalho doméstico foi uma coisa muito, muito dura para ser debatida. Nós criamos uma forma de as mulheres donas de casa se aposentar, aí criou uma crise de concepções, mas não era: a mulher tem que ficar em casa! Mas reconhecer que existia um público, isolado de todo o processo e que precisava de um tratamento diferenciado. É como uma transição, então a gente teve problemas de início, depois a gente fez muito debate em todo o Brasil, nós fizemos seminários, plenárias, aí um grande grupo de feministas assumiu a bandeira e foi junto fazer conferência e discussão: Hildete Pereira, não sei se alguém conhece, a Doutora Salete, que era uma de juíza lá do Rio de Janeiro, aqui do estado, Joana Pedro, e assim vai indo. Mas assim todo o Brasil, a gente reuniu muitas mulheres depois, que assumiram a causa. Inclusive eu fiz uma comissão parlamentar, para fazer um trabalho: a pobreza tem rosto, que é o rosto das mulheres. Porque em qualquer*

---

<sup>24</sup> Entrevista com Hildete Pereira de Melo, Op. Cit., 2017.



*crise, qualquer golpe que dá, primeiro quem sofre a demissão, a punição são as mulheres, porque sentem o custo da alimentação, o cuidado dos filhos, a doença em casa, as pessoas especiais para cuidar, sobra para elas, e eu falo isso com conhecimento de causa, não é? Então a gente foi fazendo essa discussão e ela pegou uma dimensão muito grande. Inclusive teve pesquisas: “quanto que seria se tivesse que pagar o trabalho doméstico que as mulheres fazem?” (...) O trabalho gratuito que as mulheres estão prestando para a sociedade que não é reconhecido de nenhuma forma.<sup>25</sup>*

Luci continua a entrevista comentando a necessidade de aparelhos do Estado voltados à distribuição de renda e socialização do trabalho de cuidado, entendendo que esse trabalho recai sobretudo sobre as mulheres. Ela traz demandas feministas mas sua formação política está muito mais ligada aos movimentos de mulheres. Ruth Cardoso,<sup>26</sup> em texto publicado em 1987, durante o período dos debates sobre a elaboração da atual Carta Constitucional brasileira, diferencia essas vertentes como movimentos populares e movimentos libertários. Os feminismos, não tão diretamente ligados a questões de ordem geral como creches ou custo de vida quanto os movimentos de base, estariam entre os movimentos libertários. Contudo, tanto nesse trabalho teórico de Ruth Cardoso quanto na memória de Luci Choinacki sobre essas pautas, podemos perceber a articulação entre os movimentos de mulheres e feministas.

Outra articulação importante no discurso de Luci Choinacki se refere à dicotomia urbano/rural, a qual ela não parece querer aprofundar ao memorar as pautas sobre trabalho doméstico não pago. Em seu discurso, o debate da divisão das tarefas no lar parece ser uma pauta comum a essas esferas.

*– É totalmente diferente, mas nos dois setores de mulheres, tanto urbano quanto rural, pesa para as mulheres, ainda infelizmente. O trabalho mais cansativo, diário, de não ter a contribuição da família(...). Eu vou dizer, quando tem participação, as coisas fluem diferente, a gente se sente melhor, até porque se um cozinha e o outro lava, é diferente... (...) Porque se uma pessoa só faz, a gente se cansa, enjoa de fazer. Mas se quem está junto participa, muda, a vida fica diferente. Se tem que fazer sozinha, tu vai olhando para a outra pessoa lá sentada, acomodada, daqui a pouco tu tem vontade de virar a cadeira pra ver se ela descola de lá! (risos)<sup>27</sup>*

Essa questão acerca da família nos leva a outra questão familiar envolvendo os feminismos, que se remete à maternidade e também à vida doméstica. Apesar de Fani Miranda Tabak, neta de um dos mais destacados nomes do feminismo brasileiro do

<sup>25</sup> Entrevista com Luci Choinacki, Op. Cit., 2017.

<sup>26</sup> CARDOSO, Ruth Correa Leite. As mulheres e a democracia. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, vol.1, n. 2, p. 139-304, 1987.

<sup>27</sup> Entrevista com Luci Choinacki, Op. Cit., 2017.

período (Fanny Tabak, citada anteriormente), não ter abordado muito o trabalho doméstico em sua entrevista, nos chama a atenção nesse contexto, ao refletir sobre feminismo intergeracional, como ela observa que a posição de feminista é reconhecida e admirada por muitas pessoas, mas nem sempre bem quista na família. Ela nos falou das memórias sobre sua avó, mas também sobre si própria, como acadêmica. Uma mãe (ou avó) com posição social destacada geralmente não pode desempenhar o que tradicionalmente se espera de uma mãe que, conforme já comentava Danda Prado na década de 1970,<sup>28</sup> é basicamente servir a família incondicionalmente, com muito amor.

*Acho que o impacto do feminismo sobre a família é muito diferente do que sobre as pessoas que se inspiram em você. Sobre a família é uma coisa mais complicada, mais delicada, acho que eu vivo um pouco isso hoje na prática com as minhas filhas. Então, às vezes não é fácil para a família perceber aquilo que os outros percebem, que é importante em você, ou que torna você uma pessoa inspiradora. Às vezes isso para a família pode ser ao contrário. (...) Acho que é difícil sobretudo para mulher, existe uma série de opiniões sobre a mulher, ninguém nunca perguntou o que ela pensa de fato. Acho que o dia em que falar todo mundo sai correndo, mas por sorte os filhos não perguntam para gente: mãe o que você pensa de fato de ser mãe? Então a gente fica só nas entrelinhas das coisas, porque é uma representação muito difícil.<sup>29</sup>*

### **Algumas considerações de uma pesquisa em andamento**

Temáticas que hoje estão no foco da pauta feminista brasileira, e que são centrais para entendermos o Brasil, como as interseccionalidades, em especial levando em conta os debates raciais, não surgem com força no recorte das entrevistas aqui apresentadas. E isso pode ter muita relação com as perguntas que fizemos nas entrevistas, que foram muito focadas nos feminismos, nas esquerdas e na democracia. As mulheres ligadas aos movimentos negros que entrevistamos para o projeto "Mulheres de Luta",<sup>30</sup> contudo, não desarticulam o debate democrático do combate ao racismo. Mas estas entrevistas não aprofundaram o debate sobre trabalho doméstico, recorte estabelecido para o texto aqui apresentado.

Apesar do debate interseccional não estar posto nos trechos de entrevistas aqui selecionados, partimos do entendimento de que recordamos e escrevemos história a partir de questões do presente,<sup>31</sup> e assim observamos que alguns dos fatores levantados

---

<sup>28</sup> PRADO, Danda. Op. Cit., 1979.

<sup>29</sup> Entrevista com Fani Miranda Tabak, Op. Cit., 2017.

<sup>30</sup> Podemos citar as entrevistas de Analba Brazão Teixeira e Nilma Lino Gomes, ambas de 2017.

<sup>31</sup> Questões já abordadas em BLOCH, Marc. **Apologia da História**, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 e POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de

nessas memórias são de uma atualidade assombrosa. Hildete Pereira de Melo nos lembra da permanência, devidamente repaginada, não uma permanência anacrônica mas ainda uma permanência, de práticas, debates, pautas e da própria agenda feminista.

*As discussões, hoje quando eu vejo o movimento feminista falando, eu falo: ai, voltou tudo! A pauta não muda! (risos). É interessante observar, porque a meninada de hoje acha que está fazendo uma grande novidade. Elas trocaram um pouco os adjetivos e os conceitos, mas no fundo é a mesma questão. Por exemplo, eu estou na PartidA, com a turma lá no Rio, e a discussão, eu fico olhando e é ótimo, porque parece que eu estou vivendo 78, 77, no Centro da Mulher Brasileira. E não tem coordenação, e tem coordenação, quem manda, quem não manda, qual é a voz? Olha, é parecido. Claro que não é a mesma coisa, porque quem viveu essa época não são vocês que vivem a atualidade, mas essa é a trajetória.<sup>32</sup>*

O quanto os discursos e as memórias dessas mulheres nos ajudam a pensar a história dos debates acerca do trabalho doméstico e dos feminismos como foco de conflito social no Brasil partindo da ditadura militar, mas também em nossos dias? Quantos paralelos podemos construir entre a ditadura e o momento político em que estamos vivendo em que, conforme comentado no "Ciclo de Debates: Golpe de 2016 e Futuro da Democracia no Brasil",<sup>33</sup> direitos básicos são ceifados em nome do avanço de interesses do capital local e internacional, e vivemos uma situação política que não é ditadura mas também não é democracia? Essas são questões centrais no cenário político brasileiro contemporâneo e também na produção feminista interdisciplinar, e para as quais não existe uma resposta simples. O que não nos impedirá de continuar analisando, observando e construindo relações na busca por respostas ou elucidações, em um esforço coletivo essencial para trilhar novos caminhos democráticos.

---

Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989; também tratada em obras mais recentes sobre história oral, memória e história do tempo presente no Brasil, como DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014, ou na entrevista do ano passado FREITAS, Jeferson L. de; ARAÚJO, Cosma S. de; SALES, Telma B. "O que essa entrevista está documentando?": entrevista com a professora Verena Alberti. **História Oral**, v. 20, n. 2, p. 237-251, jul./dez. 2017.

<sup>32</sup> Entrevista com Hildete Pereira de Melo, Op. Cit., 2017.

<sup>33</sup> O "Ciclo de Debates: Golpe de 2016 e Futuro da Democracia no Brasil" estava ocorrendo no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) enquanto este texto foi escrito. O Ciclo é uma resposta da comunidade acadêmica do CFH às recentes ameaças aos princípios da liberdade de pensamento, à autonomia das Universidades e à soberania da cátedra. A atividade soma-se às iniciativas de diversas Universidades brasileiras em apoio ao Professor Luis Felipe Miguel, da Universidade de Brasília, que recentemente foi alvo de ameaças e de censura em razão da oferta de uma disciplina cujo título também se toma de empréstimo para nomear o evento no CFH. A programação pode ser acessada em <<http://noticias.ufsc.br/2018/03/ciclo-de-debates-o-golpe-de-2016-e-o-futuro-da-democracia-no-brasil-comeca-nesta-quinta-no-cfh/>> Fotos, vídeos e mais informações em <<https://www.facebook.com/events/175993446361225/>> Acesso em 14/04/2018.